

GERÊNCIA DE ORIENTAÇÕES, NORMAS E PROCEDIMENTOS - GONP

SETOR DE ORIENTAÇÃO - SEOR

Orientação Técnica nº 04/2015	Assunto: Formalidades para a prestação de contas 2014
Legislação: Resolução TC nº 11/2014, Resolução TC nº 18/2014 e Resolução TC nº 19/2014.	Data: 05 de março de 2015

Considerando as atribuições institucionais desta Controladoria Geral do Município - CGM, contidas na Lei Municipal nº 17.867/2013, dentre elas, a de apoiar as unidades executoras vinculadas às secretarias e aos demais órgãos municipais na normatização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais, a Controladoria Geral do Município, através da Gerência de Orientações, Normas e Procedimentos - GONP, Setor de Orientação - SEOR, no exercício de sua função de fornecer informações que subsidiem e orientem os procedimentos executados pelos gestores e agentes da Administração Pública Municipal, vem, por meio desta orientação, dizer o seguinte:

A presente orientação trata das formalidades necessárias ao envio das prestações de contas anuais de Governo e de Gestão e deve ser observada pelos gestores dos órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta municipal, compreendidos os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

É importante destacar que:

I - a prestação de contas deverá ser enviada por quem estiver ocupando o cargo de gestor máximo do órgão ou entidade em março de 2015, ainda que não tenha atuado no exercício de 2014. (Res. TC nº 11/2014, Art. 2º, §1º);

II - na hipótese de mudança de gestão, dentro do mesmo exercício financeiro, a Prestação de Contas deverá evidenciar a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos períodos respectivos. (Res. TC nº 19/2014, Art. 2º);

III - prestará contas igualmente o responsável por Unidade Gestora Municipal, ainda que esta tenha sido extinta durante o exercício de 2014;

IV - as prestações de contas do exercício de 2014 deverão ser apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE até o dia **31 de março de 2015**, contendo as informações e os documentos enumerados no Anexo desta Orientação, **assinados digitalmente pelos responsáveis por sua elaboração e pelo gestor máximo do órgão ou entidade**. A lista dos referidos documentos foi extraída do anexo III da Resolução TC nº 19/2014 e sua observância pelos gestores é obrigatória;

V - **os itens 02, 03, 04, 05, 09, 10, 13 e 22**, referentes à documentação contábil das **secretarias municipais**, serão encaminhados aos gestores, através de e-mail, pela Gerência Geral de Contabilidade do Município - GGCM/SEFIN, **até o dia 20 de março de 2015**. As entidades da administração indireta deverão providenciar essa documentação junto ao seu setor de contabilidade;

VI - **no tocante ao item 21**, a Gerência Geral de Controle Interno, Auditoria e Prestação de Contas - GGCAP/CGM encaminhará a Declaração Negativa de Auditoria, digitalmente assinada, através de e-mail, até o dia 20 de março de 2015, aos gerenciadores daqueles órgãos/entidades municipais, que não foram auditados em 2014. Já as unidades jurisdicionadas que foram auditadas, deverão seguir literalmente a Resolução TC nº 19/2014, remetendo ao TCE as cópias dos relatórios de auditorias realizadas pela CGM, e informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas;

VII - **os itens 01, 28, 38 e 46** poderão ser encaminhados ao TCE, conforme modelos disponibilizados por esta controladoria no Portal da Prefeitura do Recife. Para ter acesso, basta acessar o portal (www.recife.pe.gov.br), clicar no menu principal "Secretarias e Órgãos" / submenu "Controladoria Geral do Município" / link "Orientações ao gestor" / menu lateral: "Orientações e publicações" / submenu: "TCE – Prestação de Contas", ou acessar o link direto: <http://www2.recife.pe.gov.br/controladoria/orientacoes/prestacao-de-contas-anual/>. Com o intuito de otimizar a prestação de contas, esta Controladoria disponibiliza ainda, no referido link, os ofícios, as orientações técnicas e todas as Resoluções do TCE para consulta pelos gestores;

VIII - no que diz respeito à formatação dos documentos para envio através do sistema E-TCE, para que a prestação de contas seja enviada com sucesso, deve-se atentar para:

- a) o tipo do formato (PDF/ODS/XLS) exigido pelo TCE (Resolução TC nº 19/2014, art. 6º, I);
- b) o tamanho máximo dos arquivos - 5 MB (Megabytes) por arquivo e 500 KB (Kilobytes) por página de arquivo no formato PDF (Resolução TC nº 19/2014, art. 6º, II e III);
- c) no caso de necessidade de digitalização, os documentos devem apresentar resolução mínima de 100 dpi e máxima 200 dpi, preferencialmente em preto e branco (Resolução TC nº 19/2014, art. 6º, IV);

IX - o procedimento para inclusão de documentos e envio da prestação de contas é apresentado pelo TCE (<http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/2014-08-19-14-41-36/tutorial-sistema-e-tcepe-prestacao-de-contas>) em vídeos explicativos e, dúvidas eventuais poderão ser esclarecidas através da central de atendimento do próprio TCE, por meio do número 0800 281 7717 ou do e-mail: atendimento@tce.pe.gov.br.

Em tempo, informamos que **a não observância do prazo para a apresentação da prestação de contas sujeita a autoridade responsável à aplicação de multa** pelo TCE, prevista no inciso VII do art. 73 da Lei nº 12.600, de 2004 (Resolução TC nº 11/2014, art. 6º).

Esta Controladoria Geral do Município, através da Gerência de Orientações, Normas e Procedimentos – GONP | Setor de Orientações - SEOR, coloca-se à disposição para esclarecimentos adicionais através do e-mail atendimento.gonp@recife.pe.gov.br e do telefone 3355-9011.

Recife, 05 de março de 2015.

SECRETARIAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
Conteúdo da Prestação de Contas

ITEM	DOCUMENTOS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1.	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício de 2014.	Gestor	PDF
2.	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
3.	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4.	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5.	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9.	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10.	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13.	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21.	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	Gestor	PDF
22.	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício	Gestor	PDF
23.	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24.	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF



25.	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
26.	Relação dos contratos de gestão firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (2,3).	Gestor	PDF
27.	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2,3).	Gestor	PDF
28.	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
29.	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
30.	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo VIII desta Resolução.	Gestor	PDF
31.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo IV e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
32.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo VI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF

33.	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
46	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 7º desta Resolução.	Gestor	PDF

Observações:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Demonstração de resultados do exercício;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio social;
- e) Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;
- f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- g) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- h) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- i) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;
- j) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Nota 5: Gestor é a autoridade máxima do órgão ou entidade.

REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS, instituídos sob a natureza jurídica de autarquia, fundação ou fundo especial
Conteúdo da Prestação de Contas

ITEM	DOCUMENTOS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1.	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício de 2014.	Gestor	PDF
2.	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
3.	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4.	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5.	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6.	Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2013 (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9.	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10.	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11.	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12.	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13.	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21.	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	Gestor	PDF



22.	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
23.	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24.	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
25.	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
26.	Relação dos contratos de gestão firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (2,3)	Gestor	PDF
27.	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2,3)	Gestor	PDF
28.	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
31.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo IV e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
32.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo VI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
33.	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
38.	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes (4)	Gestor	PDF
39.	Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do Fundo Municipal de Previdência, se o RPPS estiver constituído sob a forma de Fundo.	Gestor	PDF
40.	Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do RPPS, por segmento de aplicação, conforme modelo do Anexo V desta resolução (Portaria MPS nº 402, de 11 de dezembro de 2008 e alterações posteriores).	Gestor	PDF

41.	Demonstrativo do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício de 2013. (Refere-se a todos os segurados vinculados ao RPPS no município).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
42.	Termos de acordo de pagamento das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas, integrado à Prestação de Contas do exercício em que foram firmados, acompanhados de demonstrativo que discrimine, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado.	Gestor	PDF
43.	Declaração da data do último recenseamento previdenciário realizado, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do RPPS.	Gestor	PDF
46.	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 7º desta Resolução.	Gestor	PDF

Observações:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- Demonstração de resultados do exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das mutações do patrimônio social;
- Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;
- Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;
- Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Nota 5: Gestor é a autoridade máxima do órgão ou entidade.



AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS
Conteúdo da Prestação de Contas

ITEM	DOCUMENTOS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1.	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício de 2014.	Gestor	PDF
2.	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
3.	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4.	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5.	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9.	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10.	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11.	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12.	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21.	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	Gestor	PDF
22.	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
23.	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24.	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF



25.	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
28.	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
29.	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
30.	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo VIII desta Resolução.	Gestor	PDF
31.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo IV e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
32.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo VI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
33.	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
38.	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes (2).	Gestor	PDF
46.	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 7º desta Resolução.	Gestor	PDF

Observações:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Demonstração de resultados do exercício;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio social;
- e) Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;
- f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- g) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- h) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- i) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;
- j) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Nota 5: Gestor é a autoridade máxima do órgão ou entidade.

FUNDOS ESPECIAIS
Conteúdo da Prestação de Contas

ITEM	DOCUMENTOS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1.	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício de 2014.	Gestor	PDF
2.	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
3.	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4.	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5.	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da 5ª Edição, Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta MF e STN nº 02, de 13 de julho de 2012.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9.	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10.	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11.	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12.	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13.	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21.	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	Gestor	PDF
22.	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF

23.	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24.	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
25.	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
28.	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
31.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo IV e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
32.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo VI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
33.	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
34.	Declaração do presidente do respectivo Conselho Municipal de que a prestação de contas foi analisada e/ou foi emitido parecer sobre as contas do exercício.	Gestor	PDF
46.	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 7º desta Resolução.	Gestor	PDF

Observações:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos: a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; b) Demonstração de resultados do exercício; c) Balanço Patrimonial; d) Demonstração das mutações do patrimônio social; e) Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente; f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; g) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores; h) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso; i) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira; j) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Nota 5: Gestor é a autoridade máxima do órgão ou entidade.

EMPRESAS PÚBLICAS
Conteúdo da Prestação de Contas

ITEM	DOCUMENTOS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1.	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício de 2014.	Gestor	PDF
14.	Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
15.	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
16.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
17.	Demonstrações dos Fluxos de Caixa prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18.	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
19.	Balancete em 31/12/2014, antes do fechamento das contas de resultado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21.	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	Gestor	PDF
22.	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
23.	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24.	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
25.	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF



29.	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
30.	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo VIII desta Resolução.	Gestor	PDF
32.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo VI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
33.	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
46.	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 7º desta Resolução.	Gestor	PDF

Observações:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos: a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

b) Demonstração de resultados do exercício; c) Balanço Patrimonial; d) Demonstração das mutações do patrimônio social; e) Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente; f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; g) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores; h) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso; i) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira; j) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Nota 5: Gestor é a autoridade máxima do órgão ou entidade.



SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
Conteúdo da Prestação de Contas

ITEM	DOCUMENTOS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO
1.	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício de 2014.	Gestor	PDF
14.	Balanco Patrimonial previsto na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
15.	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
16.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
17.	Demonstrações dos Fluxos de Caixa prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18.	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei Federal nº 6.404/76	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
19.	Balancete em 31/12/2014, antes do fechamento das contas de resultado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21.	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades acaso encontradas.	Gestor	PDF
22.	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
23.	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24.	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
25.	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF



29.	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
30.	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo VIII desta Resolução.	Gestor	PDF
32.	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo VI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
33.	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
38.	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes(4).	Gestor	PDF
44.	Parecer do Conselho Fiscal e, se houver, dos Auditores Independentes.	Gestor	PDF
45.	Relação das entidades subsidiárias, coligadas e controladas direta ou indiretamente, incluindo, em cada caso o respectivo percentual de participação no capital.	Gestor	PDF
46.	Declaração contendo o endereço eletrônico de acesso público no qual a prestação de contas está disponível, conforme determina o art. 7º desta Resolução.	Gestor	PDF

Observações:

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Demonstração de resultados do exercício;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio social;

- e) Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;
- f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- g) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- h) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- i) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;
- j) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Nota 5: Gestor é a autoridade máxima do órgão ou entidade.